

# Em busca do dinheiro novo

NELSON DE OLIVEIRA  
Da Editoria de Economia

A turnê pela Europa e Estados Unidos, que a equipe econômica do Governo, inicia a partir deste fim de semana, selará por meio de acordos formais, o novo relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional. A parte as assinaturas do acordo com os bancos privados e dos acordos bilaterais com as agências oficiais integrantes do Clube de Paris, a intenção do ministro da Fazenda, Majlson da Nóbrega, é transformar a viagem no primeiro lance para a redução do estoque da dívida externa total brasileira, estimada em 117,4 bilhões de dólares até o final de 1988.

No que Majlson da Nóbrega classificou de quarta etapa nas novas relações com o sistema financeiro mundial, está sendo preparado, com igual cuidado, o assédio às fontes de recursos privados e oficiais. Incluem-se aí os empréstimos (5,58 bilhões de dólares) que o Governo espera obter junto ao Fundo Nakasone, do Japão. As três etapas já vencidas englobam os acertos com os bancos credores, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris.

Segundo Majlson da Nóbrega, a redução do estoque da dívida externa será possibilitada com o aprimoramento dos mecanismos de conversão de débitos em investimentos. Atualmente, podem ser convertidos débitos por meio de leilões (dívida vencida), por meio de pedidos ao Banco Central (a vencer) e informalmente (no vencimento), a operação que se realiza diretamente

entre credores e devedores. Estuda-se, ainda, um sistema de conversões para exportação, que não tem data para entrar em funcionamento. Na semana passada, anunciou-se a redução de 6,4 bilhões de dólares de dívidas este ano, através de conversões.

Um dos pontos importantes da viagem será a assinatura do acordo com os bancos privados, que ocorrerá tanto no dia 22 próximo, em Nova Iorque. Os acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris já estão em vigor, dispensando maiores formalidades, o que não deverá retirar a importância da presença brasileira na reunião anual do FMI, a ser aberta no próximo dia 27, em Berlim, Alemanha Ocidental, juntamente com o encontro anual do Banco Mundial (Bird). Muito embora, o acordo com o Clube de Paris esteja formalizado, falta ainda assinar acordos bilaterais com as agências oficiais de seguro de créditos para importação (Eximbank dos Estados Unidos e Japão e agências europeias).

A primeira fase da turnê começou ontem (17) na Espanha, onde o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões e o diretor da Área Externa do BC, Arnim Lore, participam de uma reunião com presidente de bancos centrais de vários países. Em seguida, Camões e Lore seguem para Paris para encontros com o Credit Lyonnais e Société Générale, indo depois para Berlim. Nesta altura, dia 24 próximo, o ministro Majlson da Nóbrega já terá partido para os Estados Unidos, devendo chegar a Berlim a tempo para a reunião

do FMI.

## ACORDOS

O acordo com os bancos credores envolve a aporte de 5,2 bilhões de dólares para a cobertura de parte dos juros devidos aos bancos comerciais entre 1987 e o primeiro semestre de 1989. O acordo a ser assinado nos próximos dias inclui também o reescalonamento da dívida externa com esses bancos vencida ou a vencer no período de 1987 a 1993 (63,6 bilhões de dólares, na versão do Governo brasilei-

ro de acordo em acordo, o Governo está a um passo do reencontro com a comunidade financeira mundial. Os acertos são bons na visão de Majlson e ruins segundo seus críticos, mas a esquerda não conseguiu barrar as negociações com os eternos credores.

ro e 61 bilhões de dólares na versão do Comitê Assessor dos bancos).

O refinanciamento dos juros estabelece que dos 5,2 bilhões de dólares, 750 milhões sejam liberados através de cofinanciamentos com o Banco Mundial; 2,850 bilhões através de financiamentos paralelos do Bird; 1 bilhão de dólares através de bônus de novos recursos e 600 milhões de dólares, em depósitos comerciais de médio prazo.

O desembolso desses recursos está previsto para ocorrer em três etapas. A primeira parcela, de quatro bilhões de dólares seria

liberada já no mês que vem; a segunda, de 600 milhões de dólares, em dezembro deste ano; e a terceira, igualmente de 600 milhões de dólares, no primeiro semestre de 1990. Nas três etapas, a liberação de recursos está vinculada, pelo menos de forma indireta, ao cumprimento das metas com o Fundo.

Destaca-se no acordo a taxa de juros (spread) válida para os recursos do refinanciamento de juros ("novos recursos"); dos bônus e para a dívida reescalonada, que será de 13/16 por cento sobre a libor (taxa do mercado interbancário de Londres). Os bancos que aderiram ao acordo até dia de setembro último, obtiveram spreads mais elevados.

O reescalonamento dos 63,3 ou 61 bilhões de dólares será feito num prazo de 20 anos, com vencimento em 2007. Os pagamentos do principal da dívida reescalonada começarão em 1995. Para qualquer um dos 700 bancos credores que quiserem abandonar esse barco, o acordo permite a troca de até 15 milhões de dólares em dívidas junto ao setor público brasileiro por bônus de saída (exit bonds).

Esses títulos já foram regulamentados através de Decreto-Lei pelo Presidente da República e terão uma taxa de juros fixa de seis por cento e resgate em 25 anos com dez de carência. Para os portadores dos papéis, o Governo brasileiro ainda ofereceu a possibilidade de câmbio por obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

## FMI

O acordo com o Fundo Monetário Internacional,

do tipo Stand-by (sob condições), envolve um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares e entrou automaticamente em vigor assim que o Brasil obteve a adesão de bancos no total de 95 por cento dos 5,2 bilhões acertados com os credores privados.

A primeira parcela liberada alcançou 490 milhões de dólares e serviu para cobrir um empréstimo-ponte de 500 milhões feito pelos bancos centrais dos países credores em junho passado. Possivelmente em novembro próximo, o Brasil receberá outra parcela, no valor de 40 milhões de dólares. O restante será em dividido em quatro parcelas de aproximadamente 243 milhões, cada.

## CLUBE DE PARIS

Com o Clube de Paris, o Governo brasileiro acertou, no dia 29 de julho último, o reescalonamento de cerca de cinco bilhões de dólares — 1,3 bilhão de juros e 3,85 bilhões de principal — com período de vencimento entre janeiro de 1987 e março de 1990. No total, o Brasil deve cerca de 17 bilhões de dólares aos países credores membros do Clube de Paris.

A primeira parcela da parte refinanciada em julho último (170 milhões de dólares) ficou de ser paga em 1º de abril de 1990, provavelmente após a posse do próximo presidente da República. A segunda parcela vencerá em abril de 1991. Daí em diante, será aberto um intervalo até abril de 1995, quando começarão a ser quitados 3,5 bilhões de dólares. O último pagamento do acordo com o Clube de Paris deverá ser feito em 2005.